



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do **Dia**

SEXTA-FEIRA, 06 :: dezembro :: 2013

Aterro do leito do Rio Sergipe

Em meio a uma "guerra" judicial que envolve o Ministério Público Estadual, a Administração Estadual do Meio Ambiente e a Prefeitura Municipal de Aracaju para a recuperação da mureta da Avenida Beira Mar, os militantes dos Movimentos Sociais vêm se posicionar veementemente contra a execução de obra definitiva, sem os estudos e sem o licenciamento prévio.

É ponto pacífico entre especialistas, doutores, professores universitários e procuradores e promotores de justiça que a obra emergencial de reforço da estrutura da mureta seja realizada, mas que obras definitivas sem o licenciamento não devem, sob nenhum pretexto, serem realizadas.

A realização de uma obra definitiva no estuário do Rio Sergipe sem os estudos e o sem o devido licenciamento pode trazer resultados negativos de proporções inesperadas.

As decisões judiciais que autorizam ou permitem que a Prefeitura de Aracaju realize a obra de reforço da mureta em nenhum momento houve a dispensa da realização de licenciamento ambiental.

O local é classificado como área de domínio da União e não poderia sofrer qualquer intervenção sem que houvesse a prévia autorização.

No dia 13 de novembro os Ministérios Públicos Federal e Estadual ajuizaram ação cautelar preparatória de futura ação civil pública. Na petição inicial do MPF e do MPE, além da suspensão imediata da obra, é cobrado da Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA) e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) que cumpram o seu poder de polícia patrimonial, urbanística e ambiental, embargando a obra.

Dessa forma, nós, militantes dos Movimentos Sociais, integrantes de diferentes entidades, entendemos que há uma diferença muito grande entre reforçar a mureta de contenção das águas que avançam sobre a via e executar uma obra que pode trazer prejuízos incalculáveis ao meio ambiente e à população do litoral sergipano, sobretudo de Aracaju e da Barra dos Coqueiros.

Sabemos que a mureta tem que ser reforçada, mas da forma determinada pela Justiça e defendida por estudiosos: apenas as obras emergenciais, de forma a garantir a integridade da população e a preservação do patrimônio público. Nada mais do que isso.

Todo o litoral brasileiro, incluindo o litoral do nosso estado, é prova viva dos problemas causados pelas mudanças das marés, pelo depósito de sedimentos e, principalmente pela interferência humana.

Aracaju - seus gestores e sua população - não pode correr o risco de lançar mão de uma intervenção tão expressiva e tão incerta como a quem está em curso no leito do Rio Sergipe.

Apoiam a Luta em defesa do Rio Sergipe a Central Única dos Trabalhadores (CUT); o Movimento Popular Ecológico (MOPEC); a Associação Desportiva, Cultural e Ambiental do Robalo (ADCAR); a Associação dos Moradores do Bairro América (AMABA); o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Sergipe (SINDIJUS); o Instituto Sílvio Romero; o Instituto de Cidadania e Meio Ambiente; o Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU); o Ciclo Urbano; o Coletivo Seja Realista, Exija o Impossível (Barra dos Coqueiros); o Movimento Não Pago, Vereador Doutor Emerson, Vereador Iran, Vice-Prefeito Cláudio Barreto Caducha (Barra dos Coqueiros), Deputada Ana Lúcia; a ex-candidata a prefeita de Aracaju, Vera Lúcia (PSTU); PSOL e estudantes universitários.